



Relatório da Reunião 02/2010 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: **26 e 27 de abril de 2010**

Cidade: **Florianópolis**

Nos dias 26 e 27 de abril de 2010, na cidade de Florianópolis, ocorreu a segunda reunião de 2010 dos Colegiados de Contadores e Controladores Internos Municipais.

Estiveram presentes os representantes das associações: AMURES, AMMVI, AMEOSC, AMERIOS, AMAI, AMUNESC, AMARP, AMPLANORTE, AMUREL, AMAUC, AMNOROESTE, AMVALI, AMEOSC, AMESC, AMPLASC, AMMOC, AMREC, AMAVI, AMURES, AMFRI, AMOSC, GRANFPOLIS E FECAM.

No dia 26 e 27 até o meio dia, foi estudado o projeto de Lei - LQF (Lei de Qualidade Fiscal) onde foram feitas sugestões para alterar o projeto de lei, que serão encaminhadas ao Contador José Rafael Corrêa (AMMVI) que representa os municípios de Santa Catarina no grupo de estudo da STN. Foi também apresentado o projeto da nova portaria que trata da contabilização dos Consórcios e por fim a regulamentação da Lei Complementar 131/2009 que trata da publicidade dos atos públicos.

No dia 27 a tarde foi realizada a primeira reunião de 2010 com o TCE-SC, participando da reunião os diretores da DMU, DLC, ICON e DAP. As deliberações provenientes desta reunião foram as seguintes:

1- Certidão do TCE-SC e exigências de exercícios anteriores. Na liberação de certidão este ano, não liberaram por falta de informações de publicação da LRF no primeiro semestre de 2008.

O TCE solicitou que sejam encaminhados quais o municípios que estão com o problema para poder verificar na base de dados o porque da exigência. Tão logo tenham uma resposta entrarão em contato com o município para passar a solução.

2- Tabela de Destinação de Recursos do TCE/SC – 2011.

O colegiado sugeriu ao TCE-SC que reduza a Tabela de Destinação de Recursos a um nível mais sintético, ficando a abertura do detalhamento aos municípios na execução orçamentária.

O TCE-SC ficou de avaliar cada item da tabela individualmente para então saber o que pode ou não ser excluído da mesma. Após esta etapa será marcada uma nova reunião para a apresentação do material modificado e definir a forma de trabalhar com o mesmo.



3- Relatórios LRF – STN 2010.

Foi tratado mais especificamente do relatório de Disponibilidade de Caixa. Segundo o TCE-SC ainda não foi pensado a forma de análise do relatório. Tão logo se tenha uma definição a FECAM será informada para então repassar a informação ao colegiado e aos municípios.

4- Recursos Financeiros em Cooperativas de Crédito – Decisão TCE/SC.

O entendimento do TCE-SC é que o município não pode ter movimentação financeira no sentido de trabalhar com contas bancárias no seu dia a dia como também ter aplicações financeiras nas cooperativas de crédito e bancos privados.

Porém é permitido que se faça convênios com Cooperativas de Créditos ou Bancos Privados para a cobranças de impostos e taxas municipais. Os valores arrecadados devem ser transferidos para conta do município no banco oficial do governo num breve espaço de tempo, estabelecido no convênio (entre 3 a 5 dias) no máximo. Não é admitido em hipótese alguma que o município faça aplicações financeiras em cooperativas de crédito e bancos privados.

5- Lei Complementar 131/2009.

A aplicação da LC 131/2009 depende de regulamento próprio a ser expedito pelo Governo Federal, só após ser publicado o referido Decreto que a plenária do TCE-SC se pronunciará. Mas o Sr. Geraldo J. Gomes diretor da DMU adiantou que com certeza será necessário um prazo razoável para a adequação da estrutura municipal.

6- Alimentação Escolar e a Compra direta da Agricultura Familiar. Dispensa de Licitação.

No que tange aos recursos repassados pela união, através do FNDE a posição do TCE é seguir a regra estabelecida pela Lei 11.947/2009, instruções passo-a-passo no web site da FECAM. Porém para os recursos próprios, a compra da alimentação escolar deve seguir as regras de Lei 8.666/93.

7- Cédulas de Crédito para ME e EPP – LC 123/2006. Art. 46.

Cabe ao Banco Central do Brasil regulamentar o estabelecido pela LC 123/2006. Como o BC ainda não fez a regulamentação o município não pode emitir a referida cédula.



8- Responsabilização do Controlador Interno e servidores públicos nas análises dos atos pelo TCE-SC

O colegiado demonstrou a preocupação na responsabilização dos servidores públicos nos atos e procedimentos administrativos, isto está acontecendo não só no TCE-SC, mas em todas as esferas de controle.

Conforme orienta o Tribunal de Contas da União o processo de apuração das irregularidades inicia no primeiro escalão, ou seja, no ordenador da despesa. Em sua defesa o ordenador pode, sempre que possível, repassar a responsabilidade do erro ao servidor público que deu caso, até porque muitas falhas são operacionais e se quer o ordenador fica sabendo que as mesmas ocorreram.

Agora é importante destacar que a responsabilização vai acontecer em todos os níveis da administração e com maior efetividade.

As irregularidades apontadas na análise das contas do Município utilizando como critério o Anexo 2 da Decisão Normativa TC 06/2008 serão objeto de prestação de contas de PCA específica.

9- Dificuldades pontuais com o cadastro dos Fundos Municipais no CNPJ.

Para o TCE-SC é indiferente os fundos possuírem CNPJ ou não, pois a personalidade jurídica é do Município e não dos fundos, ou seja, independentemente do CNPJ em que foi efetuado a despesa ou lançada a receita a análise da conta é uma só.

Porém foi lembrado que os Fundos de Saúde, Previdência e de Saúde do servidor público devem ter sua contabilização separada da contabilidade do Município independentemente de ter ou não CNPJ, o que é exigido é que sejam unidades gestoras e não unidades orçamentárias.

10- Ciclo de Estudos.

O TCE-SC irá realizar no ano de 2010 o ciclo de estudos nos mesmos moldes do realizado em 2007, com 04 salas de aula com assuntos técnicos e com 12 encontros regionais.

Os locais e assuntos a serem tratados serão informados pelo TCE-SC assim que definidos. A FECAM solicitou a participação, bem como de representantes do colegiado de contadores e controladores internos e associações para definição dos assuntos a serem tratados.



11- Acordo com o Ministério Público do estado para fiscalização de atos de pessoal.

Assim que a presidência do TCE-SC definir a forma de solicitação dos atos de pessoal (ACT e Terceirização de mão de Obra) será encaminhado pelo tribunal o aviso para as prefeituras.

12- Alterações na IN 07/2008 - Atos de Pessoal.

A referida IN, estabelece que o Controle Interno deve emitir parecer sobre a legalidade dos atos de admissão de servidores públicos e atos de aposentadoria. Acontece que com a alteração da IN 07/2008 pela IN 08/2010, o parecer sobre a legalidade do ato deve ser de todos os atos de admissão (servidores efetivos, comissionados e act's).

E nos atos de aposentadoria de servidores do Regime Próprio de Previdência deve o controle interno do órgão (RPPS) emitir o parecer, não existindo o referido órgão deve o órgão central de controle interno emitir o referido parecer.

Para a próxima reunião nos dias 01 e 02/06/2010 em Rio do Sul, foram formadas novas equipes de estudo que apresentarão os seguintes temas:

1. Base de cálculo do PASEP; (Marcos, Vanderlei e Alexandre)
2. Controle da Dívida Fundada; (Liliane, Patrícia e Morgana)
3. Recondução dos limites de pessoal; (Thaís, Paulo, Marcos)
4. Contabilização e Planejamento Financeiro dos Precatórios; (Andresa, Anne e Valmir)

Florianópolis, 30 de abril de 2010.

Alexandre Alves
Coordenador Colegiado

Rodrigo G. Guesser
Contador FECAM